

Assembleia da República  
Gabinete do Presidente

N.º de Entrada: 298488

Classificação: ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

07/03/02

Data: 07/02/17



- REQUERIMENTO Número /x ( )  
a)
- PERGUNTA Número 1264 /x ( 4a )  
a)

Expeça-se
Publique-se
18/2/09
O Secretário da Mesa <u>Recorreio</u>

**Assunto:** Situação na Delegação da Autoridade para as Condições de Trabalho em Penafiel

**Destinatário:** Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

*Por determinação de S.E.N.P.A.R. à  
Sra. Secretária da Mesa*

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente da Assembleia da República

07.02.17

*[Handwritten signature]*

Os Deputados do PCP eleitos no Distrito do Porto efectuaram uma abordagem política a alguns dos problemas que afectam a indústria da madeira, que, como é sabido, tem especial importância económica e social nos Concelhos de Paços de Ferreira e Paredes. Foram realizadas diversas reuniões e contactos, mormente com a Direcção dos Trabalhadores da Construção, Madeiras, Mármore, Pedreiras, Cerâmica e Materiais de Construção do Norte (STCMMPCMCN) e com a Direcção Executiva da Associação Empresarial de Paços de Ferreira, entidades que, como parceiros sociais e actores relevantes, desempenham um papel incontornável neste sector de actividade económica.

A rede de empresas deste sector nesta área geográfica é muito vasta, atingindo números em torno de algumas centenas, não obstante muitas delas terem pequeníssima dimensão ou/e apresentarem grandes debilidades organizativas, seja ao nível da gestão, ao nível do cumprimento de normas de segurança ou de conformidade ambiental, seja também no que concerne ao respeito pelos direitos dos seus trabalhadores.

A necessidade de acompanhar este vasto e muito diferenciado tecido empresarial, a necessidade de fiscalizar o cumprimento de regras e a conformidade legal de situações laborais, exige uma estrutura humana ao nível do Ministério do Trabalho que permita dar resposta a estes desafios. Sucede que, quanto aos recursos humanos afectos à Autoridade para as Condições de Trabalho com sede regional no Concelho de Penafiel, a situação é pouco menos que insustentável. Há, em tese, uma meia dúzia de inspectores neste momento que, na prática, estão reduzidos a 3 / 4 porque os restantes ou foram ou estarão em vias de serem transferidos...

Mas mesmo que ali trabalhasse em pleno essa meia dúzia de inspectores, ainda assim a tarefa seria





imensa num universo de muitos milhares de empresas de diversos sectores, (a maioria das quais de pequena e média dimensão), situadas na área geográfica atribuída à subdirecção regional da ACT em Penafiel.

Esta é, no fundo, a consequência visível do desprezo com que o Poder Político tem tratado esta questão em Portugal. Com um quadro de inspectores com rácios inferiores a valores médios europeus, a situação é agravada com um inaceitável sub-preenchimento crónico desse mesmo quadro. E não obstante as sucessivas e recorrentes afirmações do Governo de que estaria empenhado em resolver a situação e iria contratar novos inspectores, a verdade é que um concurso há vários anos anunciado para a contratação de cem inspectores ainda não teve o seu desfecho e concretização.

A falta de vontade política que o Governo mostra ao não resolver esta questão central da suficiência de recursos para garantir níveis adequados de eficiência, de rapidez de resposta e de cobertura territorial para garantir mínimos suficientes de fiscalização e de acompanhamento do funcionamento geral das empresas, tem ocasionado o aparecimento e desenvolvimento de situações abusivas e arbitrarias, ofensivas dos direitos laborais.

As consequências negativas desta inacção governamental abatem-se hoje de forma especialmente agravada sobre os trabalhadores, face ao pretexto adicional da invocação da crise mundial que alguns empresários (?) estão a usar de forma ilegítima para proceder a todo o tipo de atropelos da legislação laboral, mesmo antes da entrada em vigor do Código de Trabalho.

A situação na ACT com sede em Penafiel assume aspectos particularmente graves face à dimensão e características do universo empresarial, aos concelhos abarcados e ao quase irrisório número de inspectores em serviço efectivo nesta subdirecção regional. Esta é uma situação que perdura há demasiado tempo e que há que corrigir de forma rápida e célere. Por isso, e ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais aplicáveis, solicita-se ao Governo que, por intermédio do **Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social**, nos sejam respondidas com urgência, rigor e exactidão, as seguintes questões:

1. Qual é o quadro actual de inspectores afecto à ACT de Penafiel?
2. E qual é o número efectivo de inspectores que, face aos pedidos de transferência ou transferências já concretizadas, efectivamente prestam aí trabalho regular e permanente?
3. Qual é o rácio que o actual número efectivo de inspectores garante, face à população abrangida pela ACT de Penafiel?

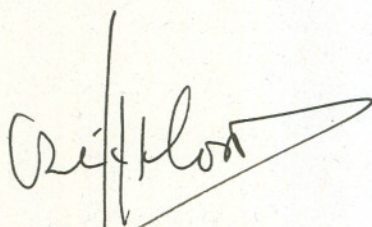




4. Considera o Governo que a situação da ACT de Penafiel é sustentável face à dimensão do tecido empresarial que deveria acompanhar e fiscalizar?
5. O Governo admite ou não que esta situação está na base de abusos e da impunidade com que certos patrões – impropriamente designados empresários – não cumprem com as suas obrigações legais, atropelam regras, desrespeitam a legislação e exercem chantagens inaceitáveis sobre os seus trabalhadores?
6. Perante esta situação alarmante, agravada a pretexto da designada crise, o que pensa o Governo fazer para que de forma urgente a ACT de Penafiel venha a ser dotada de inspectores em número capaz de fazer frente às suas necessidades?

Palácio de São Bento, 17 de Fevereiro de 2009.

Os Deputados:

  
(Honório Novo)

  
(Jorge Machado)